

Banco Triângulo S.A.

**Demonstrações Financeiras
Consolidadas - Conglomerado
Prudencial 31 de dezembro de
2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

Ao
Conselho de Administração e Diretoria do
Banco Triângulo S.A.
Uberlândia - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Triângulo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Triângulo S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas notas explicativas nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis consolidadas que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco Triângulo S.A. para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco Triângulo S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 20 de março de 2017.

As demonstrações contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado em 31 de março de 2016, sem modificação.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a



auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, reading 'João Paulo Dal Poz Alouche'. The signature is written in a cursive style with a large, sweeping flourish at the end.

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Banco Triângulo S.A.

Balanços patrimoniais consolidados

Conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

Ativo	2016	2015
Circulante	1.732.777	1.984.105
Disponibilidades (nota 4)	923	698
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	450.546	700.600
Aplicações no mercado aberto (nota 4)	385.062	654.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	65.484	45.601
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (nota 6)	21.943	74.618
Carteira própria	12.360	54.904
Vinculados a prestação de garantias	9.583	10.506
Instrumentos financeiros derivativos	-	9.208
Relações interfinanceiras	47.351	54.713
Créditos vinculados - depósitos no BACEN	44.969	40.694
Correspondentes	2.382	14.019
Operações de crédito	897.330	883.214
Operações de crédito (nota 7)	1.001.752	984.924
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7 e 8)	(104.422)	(101.710)
Outros créditos (nota 9)	281.466	252.468
Diversos	284.938	255.807
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7, 8 e 9)	(3.472)	(3.339)
Outros valores e bens (nota 10)	33.218	17.794
Bens não de uso próprio	34.583	18.049
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(2.821)	(757)
Despesas antecipadas	1.456	502
Não circulante	457.541	406.801
Realizável a longo prazo		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (nota 6)	61.641	-
Carteira própria	61.641	-
Operações de crédito	309.680	317.975
Operações de crédito (nota 7)	321.245	333.856
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7 e 8)	(11.565)	(15.881)
Outros créditos (nota 9)	86.220	88.380
Diversos	86.660	89.075
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7, 8 e 9)	(440)	(695)
Outros valores e bens	-	446
Despesas antecipadas	-	446
Permanente	93.449	76.735
Investimentos	40.475	35.460
Participações em controladas - no País (nota 11)	40.234	35.220
Outros investimentos	241	240
Imobilizado de uso (nota 12)	16.153	15.278
Imóveis de uso	5.412	5.412
Outras imobilizações de uso	30.016	27.199
Depreciações acumuladas	(19.275)	(17.333)
Diferido	-	-
Gastos com organização e expansão	-	60
Amortizações acumuladas	-	(60)
Ativos intangíveis (nota 13)	36.821	25.997
Outros ativos intangíveis	73.134	56.793
Amortizações acumuladas	(36.313)	(30.796)
Total do ativo	2.283.767	2.467.641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Triângulo S.A.

Balancos patrimoniais consolidados

Conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

Passivo	2016	2015
Circulante	955.051	910.457
Depósitos (nota 14 a)	320.327	362.330
Depósitos à vista	143.920	138.142
Depósitos interfinanceiros	25.131	109.436
Depósitos a prazo	138.821	114.752
Outros Depósitos	12.455	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 14 c)	288.704	219.816
Obrigações por emissão de Letras de Créditos Imobiliários	97.202	22.956
Obrigações por emissão de Letras Financeiras	191.502	196.860
Relações interfinanceiras	2.316	8
Recebimentos e pagamentos a liquidar	2.316	8
Relações interdependências	12.190	11.448
Recursos em trânsito de terceiros	12.190	11.448
Obrigações por empréstimos (nota 14 b)	52	17.362
Empréstimos no país - outras instituições	52	159
Empréstimos no exterior	-	17.203
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais	67.096	38.887
BNDES (nota 14 b)	46.129	19.912
FINAME (nota 14 b)	20.967	18.975
Outras obrigações	264.366	260.606
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.151	1.515
Sociais e estatutárias (nota 15 b)	11.181	10.311
Fiscais e previdenciárias	27.640	18.389
Diversas (nota 15 c)	224.394	230.391
Não Circulante	887.891	1.154.126
Exigível a longo prazo	887.891	1.154.126
Depósitos (nota 14 a)	609.256	786.188
Depósitos interfinanceiros	-	21.768
Depósitos a prazo	609.256	764.420
Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 14 c)	140.433	232.019
Obrigações por emissão de Letras de Créditos Imobiliários	24.669	66.515
Obrigações por emissão de Letras Financeiras	115.764	165.504
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	74.678	78.563
BNDES (nota 14 b)	60.105	45.245
FINAME (nota 14 b)	14.573	33.318
Outras obrigações	63.250	56.823
Sociais e estatutárias (nota 15 b)	2.631	3.159
Fiscais e previdenciárias	40.890	35.789
Diversas (nota 15 c)	19.729	17.875
Resultados de exercícios Futuros	274	533
Resultado de Exercícios Futuros	274	533
Patrimônio líquido (nota 18)	440.825	403.058
Capital social	285.293	285.293
De domiciliados no País	250.200	250.200
De domiciliados no Exterior	35.093	35.093
Reservas de capital	3.590	3.590
Reservas de lucros	185.684	147.913
Ajustes de avaliação patrimonial	(6)	(2)
Lucros acumulados	-	-
Ações em Tesouraria	(33.736)	(33.736)
Total do passivo	2.283.767	2.467.641

Banco Triângulo S.A.

Demonstrações do resultado consolidados

Conglomerado prudencial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	<u>Segundo Semestre</u>		
	2016	2016	2015
Receitas da intermediação financeira	283.505	558.949	508.279
Operações de crédito (nota 20)	239.127	468.179	429.799
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (nota 21)	44.325	93.812	69.015
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (nota 6 d)	53	(3.042)	9.465
Despesas da intermediação financeira	(163.217)	(326.455)	(298.910)
Operações de captações no mercado (nota 22)	(86.609)	(181.011)	(167.245)
Operações de empréstimos e repasses	(9.151)	(18.261)	(15.297)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8)	(67.457)	(127.183)	(116.368)
Resultado bruto da intermediação financeira	120.288	232.494	209.369
Outras receitas (despesas) operacionais	(64.267)	(127.072)	(136.356)
Receitas de prestação de serviços (nota 23)	38.990	72.923	64.688
Rendas de tarifas bancárias (nota 24)	48.897	96.603	85.868
Despesas de pessoal (nota 25)	(65.793)	(129.164)	(111.595)
Outras despesas administrativas (nota 26)	(80.470)	(156.503)	(156.606)
Despesas tributárias	(16.927)	(32.973)	(24.826)
Resultado de participações em controladas (nota 11)	2.802	5.014	3.373
Outras receitas operacionais (nota 27 a)	20.673	38.867	21.199
Outras despesas operacionais (nota 27 b)	(12.439)	(21.839)	(18.457)
Resultado operacional	56.021	105.422	73.013
Resultado não operacional	872	654	759
Resultado antes da tributação sobre o lucro	56.893	106.076	73.772
Imposto de renda e contribuição social (nota 17)	(9.560)	(20.989)	(3.901)
Provisão para imposto de renda	(3.073)	(10.031)	(6.715)
Provisão para contribuição social	(2.028)	(7.197)	(3.934)
Ativo fiscal diferido	(4.459)	(3.761)	6.748
Participações societárias no lucro	(10.952)	(17.019)	(13.987)
Lucro líquido do semestre / exercício	36.381	68.068	55.884
Juros sobre capital próprio	15.462	30.297	23.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Triângulo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas

Conglomerado prudencial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de Lucros			Ajustes de avaliação	Lucros acumulados	Ações em Tesouraria	Total
			Legal	Expansão	Outros				
Saldos em 31 de dezembro de 2014	285.293	3.590	28.608	87.390	(830)	(5)	-	(33.736)	370.310
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	-	3	-	-	3
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	55.884	-	55.884
Destinações:									
Reserva legal	-	-	2.794	-	-	-	(2.794)	-	-
Reserva para expansão	-	-	-	29.951	-	-	(29.951)	-	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(23.139)	-	(23.139)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	285.293	3.590	31.402	117.341	(830)	(2)	-	(33.736)	403.058
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	-	(4)	-	-	(4)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	68.068	-	68.068
Destinações:									
Reserva legal	-	-	3.404	-	-	-	(3.404)	-	-
Reserva para expansão	-	-	-	34.371	-	-	(34.371)	-	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(30.297)	-	(30.297)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	285.293	3.590	34.806	151.712	(830)	(6)	(4)	(33.736)	440.825
Saldos em 30 de junho de 2016	285.293	3.590	32.986	117.341	(830)	(4)	15.268	(33.736)	419.908
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	-	(2)	-	-	(2)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	36.381	-	36.381
Destinações:									
Reserva legal	-	-	1.820	-	-	-	(1.820)	-	-
Reserva para expansão	-	-	-	34.367	-	-	(34.367)	-	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(15.462)	-	(15.462)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	285.293	3.590	34.806	151.708	(830)	(6)	-	(33.736)	440.825

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Triângulo S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados****Conglomerado prudencial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	2016	2016	2015
Fluxo de caixa de atividades operacionais:			
Lucro líquido do semestre / exercício	36.381	68.068	55.884
Ajustes incluídos que não afetam o fluxo de caixa:			
Depreciações e amortizações	4.284	8.582	8.635
Perda inventário / baixa projetos	13	91	227
Constituição para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	5.082	15.736	14.296
Rendas com aplicações financeiras	(3.490)	(6.741)	-
Resultado de participação em controladas	(2.802)	(5.014)	(3.373)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	67.457	127.183	116.539
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	3.757	3.761	6.544
Lucro líquido antes das mudanças no capital de giro	110.682	211.666	198.752
Variação de ativos e passivos:			
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(54.233)	(15.294)	(44.395)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	6.766	(18.178)	51.283
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos	2.915	9.208	(2.446)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	(24.117)	9.669	10.320
(Aumento) em operações de crédito	(101.037)	(133.003)	(119.685)
(Aumento) em outros créditos	(40.236)	(31.456)	(56.883)
(Aumento) em outros valores e bens	(6.942)	(14.978)	(1.639)
Aumento (Redução) em depósitos	50.051	(214.229)	73.769
Aumento (Redução) recursos de aceites e emissão de títulos	(46.134)	(22.699)	159.219
Aumento (Redução) em relações interdependências	3.488	742	(9.589)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(2.058)	6.873	53.105
Aumento (Redução) em outras obrigações	27.058	(4.270)	51.072
(Redução) em resultados de exercícios futuros	(161)	(258)	(244)
	(184.640)	(427.873)	163.887
Caixa líquido proveniente (usado nas) das atividades operacionais	(73.958)	(216.207)	362.639
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Baixa intangível	265	283	36
Baixa imobilizado de uso	(187)	48	35
Aquisição de imobilizado de uso	(2.752)	(4.259)	(5.280)
Aplicações no intangível	(8.300)	(16.446)	(15.412)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	-	-	10
	(10.974)	(20.374)	(20.611)
Caixa líquido (usado nas) atividades de investimento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(15.462)	(30.297)	(23.139)
Caixa líquido (usado nas) das atividades de financiamento	(15.462)	(30.297)	(23.139)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(100.394)	(266.878)	318.889
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício	489.213	655.697	336.808
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre / exercício	388.819	388.819	655.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Triângulo (“Banco”) é uma sociedade privada que opera na forma de banco múltiplo através de suas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que operam sob o mesmo controle (Grupo Martins).

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Em 31 de outubro de 2013, o CMN emitiu a Resolução nº 4.280 que estabeleceu a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis de forma consolidada, abrangendo também os fundos de investimento nos quais as entidades do conglomerado, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

Em 31 de março de 2014, o BACEN editou a Circular nº. 3.701 estabelecendo procedimentos para a elaboração, a divulgação e remessa ao Banco Central do Brasil das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que for aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas demonstrações estão em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Banco Triângulo S.A. em 31 de março de 2017.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Banco Triângulo S/A foram consolidadas com base nas demonstrações contábeis primárias das entidades, localizadas no País, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, correspondentes à mesma data-base, eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas

As informações consolidadas apresentadas abrangem as demonstrações financeiras do Banco e da controlada Tricard Serviços de Intermediação de Cartões de Crédito Ltda. cuja participação é de 100,00%.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologado pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- Pronunciamento conceitual básico (R1). Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
- **CPC 01** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
- **CPC 03** - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
- **CPC 05** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
- **CPC 10** - Pagamento baseado em ações (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11 .
- **CPC 23** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
- **CPC 24** -Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
- **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- **CPC 33 (R1)** - Benefícios a empregados.

3 Práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas são as seguintes:

a. Apuração do resultado

É apurado pelo regime de competência. Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados, basicamente, por disponibilidades e aplicações de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento, na data da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos as datas dos balanços.

d. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) **Títulos para negociação** - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do período.
- (ii) **Títulos disponíveis para venda** - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste de Títulos e Valores Mobiliários”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado do exercício mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

- (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- **Hedge de risco de mercado:** os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período

- **Hedge de fluxo de caixa:** na categoria de *hedge* de fluxo de caixa classificamos os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações tanto os instrumentos financeiros derivativos quanto os itens objeto de *hedge* são ajustados ao valor de mercado. Para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquido dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do Patrimônio líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº. 2.682/99.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outros, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

g. Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, ajustados pelo valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

h. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos quando aplicável, da respectiva provisão para perdas.

i. Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica dos bens, sendo que as principais taxas anuais são: 4% para edificações, 10% para máquinas, equipamentos, móveis e utensílios e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados.

j. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de vigência das licenças de uso que correspondem a sua vida útil.

k. Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

l. Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

m. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pela Carta Circular nº 3.429/10, sendo os principais critérios os seguintes:

- (a) **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- (b) **Contingências Passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- (c) **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

n. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% sobre o lucro real, correspondente ao lucro operacional ajustado pelas adições e exclusões de carácter temporário e permanente, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% até agosto de 2015. A partir de setembro a alíquota utilizada foi de 20% do lucro antes do imposto de renda.

São constituídos créditos tributários, às taxas vigentes à época dos balanços, de imposto de renda e contribuição social sobre os saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo destes tributos.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (31.12.2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

o. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. Entretanto, os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

p. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

(iii) Planos de benefício definido

A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Disponibilidades	923	698
Aplicações em operações compromissadas	385.062	654.999
Aplicações interfinanceiras de liquidez até 90 dias	2.834	-
	<u>388.819</u>	<u>655.697</u>

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2016	2015
Operações compromissadas		
Posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional	135.022	100.000
Notas do Tesouro Nacional	<u>250.040</u>	<u>554.999</u>
Subtotal	<u>385.062</u>	<u>654.999</u>
Depósitos interfinanceiros	<u>65.484</u>	<u>45.601</u>
Total - Circulante	<u><u>450.546</u></u>	<u><u>700.600</u></u>

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

- (a) A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	2016	2015
Carteira própria		
LFT	74.001	54.904
Vinculados à prestação de garantias		
LFT	9.583	10.506
Instrumentos financeiros derivativos		
“Swap”	<u>-</u>	<u>9.208</u>
	<u>83.584</u>	<u>74.618</u>
Circulante	21.943	74.618
Não circulante	61.641	-

Nos períodos acima indicados, a carteira de títulos e valores mobiliários estava classificada como disponíveis para venda.

Nas datas-base acima não houve reclassificação de títulos entre as categorias.

- (b) Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os títulos, demonstrados pelos seus valores de custo e contábil, têm a seguinte composição:

	2016		2015	
	Valor de Mercado	Contábil	Valor de Mercado	Contábil
Títulos disponíveis para venda:				
Carteira própria				
LFT	74.001	74.001	54.904	54.904
Vinculados à prestação de garantias:				
LFT	<u>9.583</u>	<u>9.583</u>	<u>10.506</u>	<u>10.506</u>
Total - circulante	<u>83.584</u>	<u>83.584</u>	<u>65.410</u>	<u>65.410</u>

Os valores de mercado dos títulos públicos foram apurados, respectivamente, com base no preço médio divulgado pela ANBIMA no último dia do exercício.

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

- (c) Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a composição dos vencimentos da carteira de títulos e valores mobiliários está assim demonstrada:

	2016			2015
	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Títulos disponíveis para a venda:				
LFT	21.943	61.641	83.584	65.410
	21.943	61.641	83.584	65.410

- (d) **Instrumentos financeiros derivativos**

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender a necessidades próprias, a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, os quais se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis. A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições. Esses instrumentos financeiros incluem derivativos que geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores.

Em 31 de dezembro de 2015, a posição dos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

Ativo:	2015
"Swap" - diferencial a receber	9.208
	9.208

Não houve saldo de Instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016.

Os valores registrados em contas de ativo e passivo, cuja contraparte corresponde a clientes e são negociados na BM&FBovespa, são como segue:

	2015
	Total
Hedge de risco de mercado	
Posição ativa:	
Dólar norte-americano	17.203
Posição passiva:	
CDI	(7.995)
Net operações de swaps	
Dólar X CDI	9.208
Diferencial a receber	9.208

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, estão assim compostos:

	2016			2015		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Instrumentos financeiros derivativos	397	(3.439)	(3.042)	11.991	(2.526)	9.465
	<u>397</u>	<u>(3.439)</u>	<u>(3.042)</u>	<u>11.991</u>	<u>(2.526)</u>	<u>9.465</u>

Derivativos utilizados como instrumentos de proteção

Os derivativos utilizados como instrumentos de proteção são representados como segue:

Risco de mercado

Objeto de risco de mercado	2015		
	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste de mercado
Empréstimo moeda estrangeira - dólar norte-americano	(16.765)	(17.203)	(438)
Contratos de "swap"	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste de mercado
Posição ativa - dólar norte - americano	16.765	17.203	438

7 Operações de crédito

As informações da carteira de operações de crédito, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, estão assim apresentadas:

a. Composição da carteira por modalidade de operação

	2016	2015
Capital de giro, cheque especial e conta garantida	741.009	811.256
Cartões de crédito - Crédito rotativo	138.100	117.430
"Compro"	111.446	116.321
Títulos descontados	167.710	125.859
Adiantamentos a depositantes	6.581	8.331
Fundo de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos industriais - FINAME	143.328	118.541
Financiamentos a exportação	13.524	20.847
Demais direitos creditórios (*)	1.210	-
Outros empréstimos	89	195
Subtotal - operações de crédito	<u>1.322.997</u>	<u>1.318.780</u>
Cartões de crédito - Compras a faturar	220.815	185.863
Outros créditos	1.502	18.442
	<u>1.545.314</u>	<u>1.523.085</u>
Operações de crédito - circulante	1.001.752	984.924
Outros créditos - circulante (conforme Nota 9)	221.514	203.214
Operações de crédito - não circulante	321.245	333.856
Outros créditos - não circulante (conforme Nota 9)	803	1.091

(*) Em atendimento a Carta Circular 3.769 de 20 de junho de 2016, com vigência a partir de julho de 2016, foi implementado registro na rubrica dos Demais Direitos Creditórios. Em 2015 e no primeiro semestre de 2016 tal montante constava registrado na rubrica Outros Créditos.

b. Composição da carteira por vencimento

	2016	2015
Parcelas vencidas:		
Até 14 dias	17.128	13.311
Entre 15 e 30 dias	10.562	9.831
Entre 31 e 60 dias	12.542	11.714
Acima de 60 dias	99.820	88.849
	<u>140.052</u>	<u>123.705</u>
Parcelas a vencer:		
Até 30 dias	380.770	374.182
Entre 31 e 60 dias	186.341	165.502
Entre 61 e 90 dias	81.499	84.033
Entre 91 e 180 dias	198.383	187.113
Entre 181 e 360 dias	236.221	253.603
Acima de 360 dias	322.048	334.947
	<u>1.405.262</u>	<u>1.399.380</u>
	<u>1.545.314</u>	<u>1.523.085</u>

c. Composição da carteira por setor de atividade

	2016	2015
Comércio	975.694	1.028.325
Pessoa Física	358.915	303.292
Alimentos e bebidas	74.909	28.123
Serviços Privados	58.804	50.500
Papel e Celulose	21.655	21.507
Químico e Petroquímico	14.988	21.894
Eletroeletrônicos	11.528	7.811
Automotivo	3.720	3.207
Transportes	2.473	4.439
Madeira e Móveis	1.512	3.975
Construção e Imobiliário	1.319	-
Siderurgia e Metalurgia	1.169	19.864
Financeiro	-	5.648
Máquinas e Equipamentos	-	1.517
Outros	18.628	22.983
	<u>1.545.314</u>	<u>1.523.085</u>

d. Composição da carteira por nível de risco

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a composição da carteira por nível de risco está representada por:

Total geral da carteira - 2016							
Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução nº 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	111.281	-	111.281	-	2	2
A	De 0,50 a 0,99	1.007.221	6	1.007.277	5.036	5564	10.600
B	De 1,00 a 2,99	109.846	8.647	118.493	1.185	321	1.506
C	De 3,00 a 9,99	149.770	10.309	160.079	4.803	668	5.471
D	De 10,00 a 29,99	14.438	10.002	24.440	2.444	-	2.444
E	De 30,00 a 49,99	6.691	10.447	17.138	5.141	-	5.141
F	De 50,00 a 69,99	2.492	10.156	15.648	6.324	-	6.324
G	De 70,00 a 99,99	5.095	13.560	18.655	13.058	-	13.058
H	100,00	15.556	59.797	75.353	75.353	-	75.353
		<u>1.422.390</u>	<u>122.924</u>	<u>1.545.314</u>	<u>113.344</u>	<u>6.555</u>	<u>119.899</u>

Total geral da carteira - 2015

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução nº 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	169.281	-	169.281	-	199	199
A	De 0,50 a 0,99	747.998	-	747.998	3.740	5.783	9.523
B	De 1,00 a 2,99	222.855	7.268	230.123	2.301	1.279	3.580
C	De 3,00 a 9,99	218.708	9.481	228.189	6.846	2.414	9.260
D	De 10,00 a 29,99	19.582	9.021	28.603	2.860	39	2.899
E	De 30,00 a 49,99	5.830	10.796	16.626	4.988	-	4.988
F	De 50,00 a 69,99	4.694	9.810	14.504	7.252	-	7.252
G	De 70,00 a 99,99	4.272	8.516	12.788	8.951	-	8.951
H	100,00	19.471	55.502	74.973	74.973	-	74.973
		1.412.691	110.394	1.523.085	111.911	9.714	121.625

Carteira Cartões - 2016

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução nº 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
A	De 0,50 a 0,99	249.383	-	249.383	1.247	2534	3.781
B	De 1,00 a 2,99	5.996	7.967	13.663	136	8	144
C	De 3,00 a 9,99	2.268	8.992	11.260	338	10	348
D	De 10,00 a 29,99	419	9.063	9.482	948	-	948
E	De 30,00 a 49,99	312	9.346	9.658	2.897	-	2.897
F	De 50,00 a 69,99	252	8.977	9.229	4.615	-	4.915
G	De 70,00 a 99,99	225	8.266	8.491	5.943	-	5.943
H	100,00	2.103	45.646	47.749	47.749	-	47.749
		260.658	98.257	358.915	63.873	2.552	66.425

Carteira Cartões - 2015

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução nº 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
A	De 0,50 a 0,99	212.255	-	212.255	1.058	2.532	3.590
B	De 1,00 a 2,99	3.499	6.771	10.270	102	-	102
C	De 3,00 a 9,99	1.101	7.437	8.538	256	-	256
D	De 10,00 a 29,99	329	7.054	7.383	738	-	738
E	De 30,00 a 49,99	347	8.384	8.731	2.619	-	2.619
F	De 50,00 a 69,99	287	7.982	8.269	4.135	-	4.135
G	De 70,00 a 99,99	217	6.728	6.945	4.861	-	4.861
H	100,00	1.441	39.461	40.902	40.901	-	40.901
		219.476	83.817	303.293	54.670	2.532	57.202

Demais operações - 2016

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução nº 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	111.281	-	169.281	-	199	199
A	De 0,50 a 0,99	757.838	-	535.743	2.681	3252	5.933
B	De 1,00 a 2,99	104.150	497	219.853	2.199	1279	3.478
C	De 3,00 a 9,99	147.502	2.044	219.651	6.590	2414	9.004
D	De 10,00 a 29,99	14.019	1.967	21.220	2.122	39	2.161
E	De 30,00 a 49,99	6.379	24.122	7.835	2.369	-	2.369
F	De 50,00 a 69,99	2.240	1.828	6.235	3.116	-	3.116
G	De 70,00 a 99,99	4.870	1.788	5.843	1.089	-	4.089
H	100,00	13.453	16.042	34.072	34.072	-	34.072
		1.193.215	26.578	1.219.793	57.238	7.183	64.421

Demais operações - 2015

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução nº 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	169.281	-	169.281	-	199	199
A	De 0,50 a 0,99	535.743	-	535.743	2.681	3.252	5.933
B	De 1,00 a 2,99	219.356	497	219.853	2.199	1.279	3.478
C	De 3,00 a 9,99	217.607	2.044	219.651	6.590	2.414	9.004
D	De 10,00 a 29,99	19.253	1.967	21.220	2.122	39	2.161
E	De 30,00 a 49,99	5.483	2.412	7.895	2.369	-	2.369
F	De 50,00 a 69,99	4.407	1.828	6.235	3.117	-	3.117
G	De 70,00 a 99,99	4.055	1.788	5.843	4.090	-	4.090
H	100,00	18.030	16.041	34.071	34.072	-	34.072
		1.193.215	26.577	1.219.792	57.240	7.183	64.423

- (i) A classificação das operações em curso anormal não contempla o total das parcelas vencidas do contrato em até 14 dias.
- (ii) Refere-se à provisão adicional, ao mínimo exigido pela Resolução nº 2.682/99, para refletir o percentual obtido pelo critério de provisionamento para devedores de operações de crédito. Esse critério é baseado em sistema de crédito, que leva em consideração o "score" da operação, estruturado mediante avaliação da carteira de crédito, aliada a estudo de diversas variáveis e levantamento de probabilidades, em conformidade às normas previstas na referida Resolução, de acordo com as faixas de provisão mencionadas.

Além disto, em face da perspectiva da deterioração do cenário econômico para o ano de 2016 e seu eventual impacto nos indicadores de inadimplência, o Banco Triângulo decidiu reforçar a provisão para créditos de liquidação duvidosa a partir de outubro/2015, no montante de R\$5.267.

e. Concentração dos principais devedores de operações de crédito

	2016	2015
Principal devedor	39.076	23.211
10 maiores devedores	140.777	114.576
20 maiores devedores	137.255	109.428
50 maiores devedores	164.654	136.655
100 maiores devedores	141.344	147.168
500 maiores devedores	241.219	199.972
Demais clientes	680.989	792.075
Total	1.545.314	1.523.085

8 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2016		2015
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Operações de crédito e outros créditos:			
Saldos no início do exercício	118.071	121.625	101.200
Constituição de provisão	67.457	127.183	116.368
Efeito no Resultado	67.457	127.183	116.368
Baixa de créditos - prejuízo	(65.629)	(128.909)	(95.943)
Saldos no final do período	119.899	119.899	121.625
Circulante	107.894	107.894	105.049
Não circulante	12.005	12.005	16.576

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, houve recuperação de créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 10.518 (R\$ 11.840 em 2015).

b. Composição da provisão para devedores duvidosos por produto

	2016	2015
Cartões de crédito - Crédito rotativo	63.203	54.710
Capital de giro, cheque especial e conta garantida	43.833	53.336
Compror	3.558	3.324
Adiantamentos a depositantes	3.381	3.670
Cartões de crédito - Compras a faturar	3.222	2.492
FINAME	1.037	1.103
Títulos descontados	895	1.316
Outros créditos	693	1.546
Financiamentos a exportação	68	122
Direitos creditórios	6	-
Outros empréstimos	3	6
	119.899	121.625

9 Outros créditos

	2016	2015
Cartões de crédito (a)	220.815	185.863
Créditos tributários (Nota 16 (a))	71.793	67.303
Devedores diversos - País (b)	38.790	38.340
Devedores por depósitos em garantia (c)	14.063	20.074
Outros créditos (d)	1.502	18.737
Adiantamentos de pagamentos por nossa conta	1.978	2.480
Adiantamentos salariais	1.310	1.406
Impostos e contribuições a compensar	21.184	9.951
Valores a receber sociedades ligadas	163	728
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.912)	(4.034)
	367.686	340.848
Circulante	281.466	252.468
Não circulante	86.220	88.380

- (a) Referem-se às operações com cartões cujas faturas ainda não foram emitidas, ou que foram emitidas mas ainda não venceram (Demonstrado como componente da carteira de crédito, conforme Nota 7 (a)).
- (b) Referem-se, substancialmente, a créditos junto a bancos correspondentes e lojistas recebíveis em D+1.
- (c) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, no montante de R\$6.770 para o exercício de 2015, item este levantado, pela União, no exercício de 2016, do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social- COFINS, no montante de R\$ 6.213 (R\$5.882 em 2015), depósitos de Interposição de Recursos Trabalhistas no montante de R\$4.109 (R\$4.522 em 2015), e outros depósitos referentes à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, FGTS, INSS e a caução processual cível no montante de R\$ 2.802 (R\$1.642 em 2015).
- (d) Em 2015 referem-se, basicamente, a operações de aquisição de crédito oriundas de duplicatas e notas promissórias rurais. (Demonstrado como componente da carteira de crédito, conforme Nota 7 (a)). Em 31 de dezembro de 2016 referem-se a vendas a prazo de bens não de uso retomados junto a clientes inadimplentes.

10 Outros Valores e Bens

a. Bens Não de Uso Próprio

	2016	2015
Imóveis	32.003	17.582
Veículos	253	387
Outros	2.327	80
Provisão para desvalorização	<u>(2.821)</u>	<u>(757)</u>
Total	<u>31.762</u>	<u>17.292</u>

b. Despesas Antecipadas

Referem-se basicamente a despesas de seguros e despesas financeiras pagas antecipadamente amortizados linearmente em função dos períodos contratuais no montante de R\$ R\$1.456 (R\$ 948 em 2015).

11 Participações em controladas - no País

As principais informações sobre controladas estão sumariadas, como segue:

	2º Semestre					
	Triângulo		Tribanco		Total	
	Participações e	Serviços Ltda	Corretora de	Seguros S.A.		
Dados da controlada						
Capital social	15.000		3.000			
Patrimônio líquido	24.258		15.976			
Lucro líquido do semestre	1.113		1.689			
Situação dos investimentos						
Participação	99,99%		100%			
Saldos no início do semestre	23.145		14.287		37.432	
Equivalência patrimonial	1.113		1.689		<u>2.802</u>	
Saldos no fim do semestre	<u>24.258</u>		<u>15.976</u>		<u>40.234</u>	
	Exercício					
	Triângulo		Tribanco		Total	
	Participações e	Serviços Ltda.	Corretora de		Seguros S.A.	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Dados da controlada						
Capital social	15.000	15.000	3.000	3.000	-	-
Patrimônio líquido	24.258	22.676	15.976	12.544	-	-
Lucro líquido do Exercício	2.202	1.933	3.432	2.077	-	-
Situação dos investimentos						
Participação	99,99%	99,99%	100%	100%	-	-
Saldos no início do Exercício	22.676	21.390	12.544	10.467	35.220	31.857
Dividendos recebidos	-	(10)	-	-	-	(10)
Distribuição de dividendos a acionistas minoritários	(620)	(637)	-	-	(620)	(637)
Equivalência patrimonial	<u>2.202</u>	<u>1.933</u>	<u>3.432</u>	<u>2.077</u>	<u>5.634</u>	<u>4.010</u>
Saldos no fim do Exercício	<u>24.258</u>	<u>22.676</u>	<u>15.976</u>	<u>12.544</u>	<u>40.234</u>	<u>35.220</u>

12 Imobilizado

	Taxa Anual de depreciação - %	2016		2015	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	116	-	116	116
Infraestrutura	4	2.448	-	2.448	2.439
Equipamentos de POS	-	4.703	(2.874)	1.829	2.641
Edificações	-	5.296	(3.761)	1.535	1.747
Sistema de processamento de dados	20	12.179	(8.177)	4.002	2.479
Instalações	10	3.844	(1.274)	2.570	2.372
Móveis e equipamentos de uso	10	4.634	(2.268)	2.366	3.269
Sistema de comunicação	10	1.236	(703)	533	57
Sistema de transporte	20	515	(165)	350	73
Sistema de segurança	10	457	(53)	404	85
		35.428	(19.275)	16.153	15.278

13 Intangível

O intangível refere-se, principalmente, a gastos com aquisição e desenvolvimento logiciais, os quais são amortizados à taxa de 20% ao ano no montante de R\$36.821 (R\$25.997 em 2015).

14 Captações

a. Depósitos

A composição dos depósitos por vencimento, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, está representada a seguir:

Prazos	2016				Total
	Depósitos a vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Outros Depósitos (*)	
Sem vencimento	143.920	-	-	12.455	156.375
Até 30 dias	-	19.239	25.131	-	44.370
De 31 a 60 dias	-	5.917	-	-	5.917
De 61 a 90 dias	-	12.989	-	-	12.989
De 91 a 180 dias	-	26.686	-	-	26.686
De 181 a 360 dias	-	73.990	-	-	73.990
Acima de 360 dias	-	609.256	-	-	609.256
	143.920	748.077	25.131	12.455	929.583
Circulante	143.920	138.821	25.131	12.455	320.327
Não circulante	-	609.256	-	-	609.256

(*) Em atendimento a Carta Circular 3.738 de 09 de dezembro de 2015, com vigência a partir de janeiro de 2016, foi implementado o registro dos saldos em moeda eletrônica, mantidos em contas de pagamento pré pagas, no grupo Outros Depósitos. No exercício anterior estes saldos constavam no grupo Outras Obrigações Diversas.

Prazos	2015				Total
	Depósitos a vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros		
Sem vencimento	138.142	-	-	-	138.142
Até 30 dias	-	3.954	-	-	3.954
De 31 a 60 dias	-	12.914	-	-	12.914
De 61 a 90 dias	-	9.197	-	-	9.197
De 91 a 180 dias	-	36.775	76.152	-	112.927
De 181 a 360 dias	-	51.912	33.284	-	85.196
Acima de 360 dias	-	764.420	21.768	-	786.188
	138.142	897.172	131.204		1.166.518
Circulante	138.142	114.752	109.436	-	362.330
Não circulante	-	764.420	21.768	-	786.188

b. Obrigações por empréstimos e repasses

No país

São representadas por repasses de recursos internos com encargos variáveis acrescidos da respectiva TJLP no montante de R\$ 141.826 (R\$117.609 em 2015).

No exterior

Representadas por recursos externos indexados ao dólar norte-americano mais taxa de juros, com vencimento em 15 de dezembro de 2016 e que foram integralmente liquidadas nesta data. Em 2015 esta captação totalizava R\$17.203.

Atendimento a compromissos financeiros

Adicionalmente, o Banco possui certos compromissos financeiros relacionados à manutenção de determinados índices de performance, liquidez e endividamento junto ao IFC - International Finance Corporation, que, caso não sejam cumpridos, podem acarretar impedimento na renovação das linhas de crédito.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, todos os índices mencionados acima foram cumpridos.

c. Recursos de aceites e emissão de títulos

	2016	2015
Recursos de Letras de Crédito Imobiliário	121.871	89.471
Recursos de Letras Financeiras	307.266	362.364
	429.137	451.835
Circulante	288.704	219.816
Não Circulante	140.433	232.019

15 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	2016	2015
Provisão para riscos fiscais e Previdenciários (Nota 16)	40.890	36.575
Impostos e contribuições a recolher (i)	14.708	10.524
Imposto de renda diferido	12.908	7.079
Provisão para imposto de renda	24	-
	68.530	54.178
Circulante	27.640	18.389
Não circulante	40.890	35.789

- (i) Referem-se basicamente a tributos retidos relacionados a salários no montante de R\$6.321 (R\$ 6.011 em 2015) e tributos sobre faturamento (ISS, PIS e COFINS) no valor de R\$2.361 (R\$ 2.184 em 2015).

b. Sociais e Estatutárias

	2016	2015
Participações nos lucros	<u>13.812</u>	<u>13.470</u>
Total	<u>13.812</u>	<u>13.470</u>
Circulante	11.181	10.311
Não circulante	2.631	3.159

c. Diversas

	2016	2015
Valores a pagar a estabelecimentos por compras com cartões	198.069	182.780
Créditos com bancos correspondentes (i)	21	21
Provisões para outras despesas administrativas	12.077	11.221
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 19)	160	77
Provisão para despesas com pessoal	8.316	7.017
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 15 (a))	14.795	12.928
Provisão para contingências cíveis (Nota 15 (a))	4.934	4.806
Cheques administrativos	245	840
Outras obrigações	<u>5.506</u>	<u>28.576</u>
	<u>244.123</u>	<u>248.266</u>
Circulante	224.394	230.391
Não Circulante	19.729	17.875

- (i) A conta “Créditos com bancos correspondentes” refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas no último dia do mês, que foram baixadas das respectivas contas contábeis no primeiro dia útil seguinte.

16 Passivos contingentes

O Banco é parte de vários processos judiciais envolvendo principalmente contingências tributárias e reclamações trabalhistas.

- (a) Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:

	2016	2015
Obrigações legais	40.890	35.789
Contingências trabalhistas	14.795	12.928
Contingências cíveis	<u>4.934</u>	<u>4.806</u>
	<u>60.619</u>	<u>53.523</u>

(b) A movimentação das provisões passivas é a seguinte:

	Exercício				
	2016			2015	
	Obrigações legais - contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Contingências cíveis	Total	Total
Saldo no início do exercício	35.859	12.928	4.736	53.523	40.189
Constituição (Nota 27 (b)))	12.497	7.781	3.294	23.572	25.875
Reversão (Nota 27 (b)))	-	(1.561)	(484)	(2.045)	(4.620)
Baixas	(7.466)	(4.353)	(2.612)	(14.431)	(7.921)
Saldo em 31 de dezembro	40.890	14.795	4.934	60.619	53.523

(*) A constituição de Contingências Fiscais tem contrapartida em Outras Despesas Operacionais (nota explicativa 27 b) e Ativo Fiscal Diferido (nota explicativa 17.)

(c) O detalhamento das obrigações legais e das contingências trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é o seguinte:

	2016					
	Obrigações legais - contingências fiscais e previdenciárias		Contingências Trabalhistas		Contingências Cíveis	
	Valor em risco	Valor Provisionado	Valor em risco	Valor Provisionado	Valor em risco	Valor Provisionado
Perdas						
Prováveis	34.158	34.158	10.764	10.764	463	463
Possíveis	6.732	6.732	8.063	4.031	4.471	4.471
	40.890	40.890	18.827	14.795	4.934	4.934
Quantidade	17	-	72	-	1.819	-
	2015					
	Obrigações legais - contingências fiscais e previdenciárias		Contingências Trabalhistas		Contingências Cíveis	
	Valor em risco	Valor Provisionado	Valor em risco	Valor Provisionado	Valor em risco	Valor Provisionado
Perdas						
Prováveis	23.073	23.073	9.631	9.631	532	555
Possíveis	12.716	12.716	6.596	3.297	4.302	4.181
	35.789	35.789	16.227	12.928	4.834	4.736
Quantidade	15	-	134	-	1.430	-

Os processos judiciais e administrativos, que possuem provisões constituídas, têm como principais objetos:

Cíveis

(i) Ações judiciais movidas por consumidores (contestação de restrição de crédito e de compras realizadas com cartão, não reconhecimento de adesão de cartão de crédito, etc.).

Trabalhistas

- (i) Reclamatórias trabalhistas que discutem legalidade da relação de trabalho/emprego.

Tributárias

- (i) PIS: EC 10/96;
- (ii) PIS/COFINS: Não incidência sobre TJLP;
- (iii) IRPJ/CSLL: Não incidência sobre as receitas decorrentes dos juros de mora;
- (iv) PIS/COFINS: Exclusão do ISS da base de cálculo;
- (v) Taxa de Fiscalização: Exigência de taxa pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os principais processos com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como **possível**, são os relacionados abaixo, para os quais não há provisão contábil:

Tributárias

- (i) PIS: Discussões administrativas e judiciais que visam afastar a majoração da base de cálculo imposta pelo § 1º do Art. 3 da Lei 9.718 de 1998. A instituição possui decisão transitada em julgado em 19 de dezembro de 2005;
- (ii) INSS: Exigência de contribuição previdenciária sobre os valores pagos à título de vale transporte pago em dinheiro aos colaboradores da instituição, bem como multa por suposto descumprimento de obrigação acessória;
- (iii) ISS/Multas Municipais: Discussões judiciais e administrativas com municípios, em razão da exigência do tributo em localidades que não há estabelecimento prestador da instituição.

Os saldos das contingências fiscais e previdenciárias classificadas como possíveis totalizam R\$32.505 (R\$ 31.318 em 2015).

17 Imposto de renda e contribuição social

O Banco, com base em expectativa de resultados tributáveis futuros, constitui créditos tributários sobre diferenças temporárias, basicamente relativas a provisão para créditos de liquidação duvidosa, ajustes de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

- (a) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram constituídos com base nas alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, estando assim compostos:

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Conglomerado Prudencial
31 de dezembro de 2016

	2016	2015
Ativo:		
Sobre diferenças temporárias - provisão para crédito de liquidação duvidosa	34.112	32.421
Sobre diferenças temporárias - passivas	5.277	4.350
Sobre diferenças temporárias - marcação a mercado	3	-
Sobre diferenças temporárias - outros	705	189
Total sobre diferenças temporárias - imposto de renda	40.097	36.960
Sobre diferenças temporárias - provisão para crédito de liquidação duvidosa	27.229	25.937
Sobre diferenças temporárias - passivas	3.901	3.480
Sobre diferenças temporárias - marcação a mercado	2	-
Sobre diferenças temporárias - outros	564	151
Total sobre diferenças temporárias - contribuição social	31.696	29.568
Total classificado em outros créditos	71.793	66.528

- (b) A movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias é a seguinte:

	2016			2015		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo inicial	37.530	29.773	67.303	32.869	19.603	52.472
Constituição	36.620	32.761	69.381	47.804	39.955	87.759
Realização	(34.053)	(30.838)	(64.891)	(43.143)	(29.785)	(72.927)
Saldo final	40.097	31.696	71.793	37.530	29.773	67.304

- (c) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários
O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. O cronograma de realização dos créditos tributários está apresentado a seguir:

	Valor contábil	
	2016	2015
Ano		Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias
2016	-	60.099
2017	54.067	5.908
2018	15.235	474
2019	1.168	264
2020	551	559
2021	772	-
	71.793	67.304

Em 31 de dezembro de 2016, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$ 70.617 (R\$ 54.830 em 2015).

- (d) Os encargos com imposto de renda e contribuição social, referentes aos semestres findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, estão assim demonstrados:

	2016		2015	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	66.785	66.785	43.972	43.972
(+) Adições	149.339	149.573	173.918	174.164
Adições temporárias	146.517	146.517	172.070	172.070
Despesa de equivalência patrimonial	620	620	745	745
Adições permanentes	2.202	2.436	1.103	1.349
(-) Exclusões	172.978	172.978	186.427	186.427
Realizações temporárias	158.986	158.986	172.574	172.574
Receita de equivalência patrimonial	13.659	13.659	11.445	11.445
Exclusões permanente	333	333	2.408	2.408
(=) Lucro real antes das compensações	43.146	43.380	31.463	31.709
(-) Compensação de prejuízos	-	(2.445)	(2.436)	(2.445)
(=) Base positiva IRPJ e CSLL	43.146	40.935	29.027	29.264
Despesa corrente de IRPJ e CSLL	(10.031)	(7.197)	(6.715)	(3.934)
Ativo fiscal diferido	(2.017)	(1.744)	(200)	6.948
(=) IRPJ e CSLL debitado ao resultado	(12.048)	(8.941)	(6.915)	3.014

Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 285.293 (duzentos e oitenta e cinco milhões, duzentos e noventa e dois mil, setecentos e setenta e quatro reais), constituído por 278.000.000 (278.000.000 em 2015) ações nominativas ordinárias, sem valor nominal.

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 17 de abril de 2012 foi deliberado que o Banco irá manter em tesouraria o montante de 25.462.288 ações ordinárias no valor patrimonial de R\$ 1,3249 por ação, totalizando a quantia de R\$ 33.736.

b. Dividendos e Juros sobre capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária sujeito à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pelo Banco.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, o Banco calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 30.297 (R\$ 23.139 em 2015), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva estatutária

A Reserva Estatutária foi criada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais ao Banco, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. O saldo é limitado ao montante do capital social.

O estatuto social do Banco prevê a constituição dessa reserva do lucro líquido por proposta da Diretoria.

18 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são os seguintes:

		<u>Segundo Semestre 2016</u>		
	Natureza de Relacionamento	Despesa de Captação	Outras Receitas	Outras Despesas
ACIONISTAS	Relacionada	(732)	-	-
Subtotal		<u>(732)</u>	-	-
ADMINISTRADORES E CONSELHO	Relacionada	(3.692)	-	-
Subtotal		<u>(3.692)</u>	-	-
EMPRESAS				
Almart Administração e Part. S.A.	Relacionada	(638)	-	-
Farma Service Distribuidora Ltda.	Relacionada	(128)	-	-
Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A	Relacionada	(8.666)	32	39
Martins Integração Logística Ltda.	Relacionada	(463)	-	-
Martins Participações Ltda.	Relacionada	(582)	-	-
Repom S.A.	Relacionada	(2.037)	-	-
SIM Serviços de TI e Intermediação Ltda.	Relacionada	(1.171)	654	-
Smart Varejos Ltda.	Relacionada	(246)	-	-
Triângulo Participações e Serviços Ltda.	Controlada	(1.668)	-	-
Tribanco Corretora de Seguros S.A	Controlada	(1.052)	546	-
Tricard Participações Ltda.	Relacionada	(47)	-	-
Demais ligadas	Relacionada	(2.922)	-	-
Subtotal		<u>(19.620)</u>	<u>1.232</u>	<u>39</u>
PESSOAS FÍSICAS LIGADAS		<u>(4.513)</u>	-	-
Subtotal		<u>(4.513)</u>	-	-
Total		(28.557)	1.232	39

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Conglomerado Prudencial
31 de dezembro de 2016

2016

	Natureza de Relacionamento	Valores a receber	Captações	Outras Obrigações	Despesa de Captação	Outras Receitas	Outras Despesas
ACIONISTAS	Relacionada	-	11.506	-	(1.403)	-	-
Subtotal		-	11.506	-	(1.403)	-	-
ADMINISTRADORES E CONSELHO	Relacionada	-	67.245	-	(6.745)	-	-
Subtotal		-	67.245	-	(6.745)	-	-
EMPRESAS							
Almart Administração e Part. S.A.	Relacionada	-	6.192	-	(1.259)	-	-
Farma Service Distribuidora Ltda.	Relacionada	-	2.666	-	(286)	-	-
Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A	Relacionada	8	163.652	128	(22.389)	66	(327)
Martins Integração Logística Ltda.	Relacionada	-	9.713	-	(823)	-	-
Martins Participações Ltda.	Relacionada	-	11.510	-	(1.273)	-	-
Repom S.A.	Relacionada	-	28.986	-	(3.404)	-	-
SIM Serviços de TI e Intermediação Ltda.	Relacionada	65	4.964	-	(2.726)	1.043	-
Smart Varejos Ltda.	Relacionada	-	8	-	(656)	-	-
Triângulo Participações e Serviços Ltda.	Controlada	-	24.225	-	(3.300)	-	-
Tribanco Corretora de Seguros S.A	Controlada	91	16.365	-	(1.948)	962	-
Tricard Participações Ltda.	Relacionada	-	221	-	(212)	-	-
Demais ligadas	Relacionada	-	43.889	-	(5.511)	-	-
Subtotal		164	312.391	128	(43.787)	2.071	(327)
PESSOAS FÍSICAS LIGADAS	Relacionada	-	69.106	-	2.235	-	-
Subtotal		-	-	-	-	-	-
Total		164	460.248	128	(49.700)	2.071	(327)

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Conglomerado Prudencial
31 de dezembro de 2016

2015								
Exercício								
	Valores a Receber	Depósitos a vista	Depósitos a prazo	Outras Obrigações	Despesa de Captação	Rec. de Aceites Camb, Letras Imob. e Hipotecárias	Outras Receitas	Outras Despesas
ACIONISTAS								
Almar Participações S.A.	-	-	989	-	-	-	-	-
Helpar Participações Ltda.	-	5	-	-	-	-	-	-
Onipar Participações Ltda.	-	2	9.142	-	(1.162)	-	-	-
Subtotal	-	7	10.131	-	(1.162)	-	-	-
ADMINISTRADORES E CONSELHO								
	-	116	6.740	-	(3.343)	30.242	-	-
Subtotal	-	116	6.740	-	(3.343)	30.242	-	-
EMPRESAS								
Almart Administração e Part. S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Almar Holding Financeira S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
AMJ Participações Ltda.	-	15	28	-	(166)	-	-	-
Bonomo Participações Ltda	-	7	-	-	(109)	-	-	-
Farma Service Distribuidora Ltda.	-	34	250	-	(68)	-	-	-
Intecom Serviços de Lojista Ltda.	-	5	259	-	(102)	-	-	-
Martins Agropecuária S/A	-	-	1.155	-	(209)	-	-	-
Martins Caminhões Ltda.	-	5	-	-	-	-	-	-
Martins Comércio e Serviços de Distribuição	-	-	1.161	-	(100)	-	-	-
Martins Integração Logística Ltda.	-	28	30	-	(32)	-	-	-
Martins Participações Ltda.	28	151	305.655	74	(20.114)	-	101	(9)
Martins URN - GO Distribuição Ltda	-	1	9.681	-	(840)	-	-	-
Martins URN - MG Distribuição Ltda	-	1	19.176	-	(1.532)	-	-	-
Martins Veículos Uberlândia Ltda.	-	3	576	-	(75)	-	-	-
Remar Participações Ltda.	-	5	237	-	(171)	-	-	-
Repom S/A	-	240	11.934	-	(2.049)	-	-	-
SIM Imóveis e Tecnologia do Varejo Ltda	65	-	32.657	-	(3.262)	-	1.160	-
SIM Serviços de TI e Intermediação Ltda.	1	2	7.292	-	(954)	-	-	-
Smart Varejos Ltda.	-	5	22.735	-	(2.946)	-	-	-
Triângulo Participações e Serviços Ltda.	-	2	2.771	-	(549)	-	-	-
Tribanco Corretora de Seguros S.A.	59	256	11.887	-	(1.341)	-	722	-
Demais ligadas	-	90	39.020	-	(3.680)	-	-	-
Subtotal	153	850	466.504	74	(38.299)	-	1.983	(9)
INDIVÍDUOS LIGADOS								
	-	134	33.343	-	(8.100)	33.560	-	-
Subtotal	-	134	33.343	-	(8.100)	33.560	-	-
Total	153	1.017	516.718	74	(50.904)	63.802	1.983	(9)

A remuneração global dos Administradores para o exercício de 2016 foi prevista conforme Ata da Assembléia Geral Ordinária de 12 de abril de 2016, sendo fixada no montante de R\$ 14.716 (R\$ 17.220 em 2015), que inclui salários, encargos e benefícios.

Segundo o CPC 05, o qual prevê as formas de remuneração a empregados chaves da Administração e Administradores como parte diretamente relacionada, a despesa no período foi de R\$7.826 (R\$6.982 em 2015) como benefício de curto prazo relacionado a honorários, bônus e encargos diretos. Não estão previstos outras formas de remuneração como benefícios de longo prazo, remuneração baseada em ações ou instrumentos financeiros.

19 Rendas de operações de crédito

	2016		2015
	2ºSemestre	Exercício	Exercício
Empréstimos e títulos descontados	199.458	392.729	368.163
Financiamentos	30.169	59.385	44.513
Lucro nas cessões de crédito	6.452	10.518	-
Adiantamentos a depositantes	2.213	4.625	5.283
Lucro nas cessões de crédito	708	708	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízos	127	214	11.840
	239.127	468.179	429.799

20 Rendas de operações com títulos e valores mobiliários

	2016		2015
	2ºSemestre	Exercício	Exercício
Operações Compromissadas	36.466	79.533	54.861
Depósitos Interfinanceiros	2.238	3.782	1.998
Títulos e Valores Mobiliários	5.621	10.497	12.156
	44.325	93.812	69.015

21 Despesas de operações de captações no mercado

	2016		2015
	2ºSemestre	Exercício	Exercício
Depósitos a prazo	49.012	101.710	97.658
Letras financeiras - LF	25.339	50.124	47.173
Letras de crédito imobiliário - LCI	7.808	15.043	2.605
Depósitos interfinanceiros	3.647	13.269	18.058
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	775	1.602	1.402
Operações compromissadas	28	95	110
Letras de crédito do agronegócio - LCA	-	-	239
	86.609	181.011	167.245

22 Receitas de prestação de serviços

	2016		2015
	2ºSemestre	Exercício	Exercício
Receita de taxa de administração	22.632	41.559	34.614
Serviço Correspondente bancário	7.567	15.337	17.458
Tarifa Interbancária	5.930	11.412	10.104
Receita de aluguel de POS	1.900	3.467	-
Intercâmbio	961	1.148	2.512
Total	38.990	72.923	64.688

23 Receitas de tarifas bancárias

	2016		2015
	2ºSemestre	Exercício	Exercício
Tarifa Bancária - Cartões	26.742	51.864	48.470
Manutenção de Contas	7.076	14.351	9.424
Liberação de Crédito	5.867	11.666	8.855
Tarifa transporte de valores	2.886	5.978	5.121
Transferências de Recursos	2.792	5.708	5.433
Tarifa de cobrança	2.035	3.931	3.800
Cadastro	665	1.311	857
Tarifa adiantamento a depositantes	433	806	647
Tarifa Cobrança - Cartões	14	15	3.117
Outras	387	972	144
Total	48.897	96.602	85.868

24 Despesas com pessoal

	2016		2015
	2ºSemestre	Exercício	Exercício
Honorários	3.836	7.826	7.249
Benefícios	9.262	17.662	18.039
Encargos sociais	15.085	29.479	26.456
Proventos	36.242	71.766	56.847
Treinamento	1.196	2.085	2.583
Estagiários	172	346	421
	65.793	129.164	111.595

25 Outras despesas administrativas

	<u>2016</u>		<u>2015</u>
	2ºSemestre	Exercício	Exercício
Serviços do sistema financeiro	8.305	16.144	14.704
Serviços de terceiros	32.753	64.507	62.400
Comunicações	11.566	22.655	21.167
Viagens no País	1.569	3.037	4.246
Transporte	3.200	6.355	5.221
Depreciação e amortização	4.284	8.582	7.871
Processamento de dados	4.278	8.635	7.287
Serviços técnicos especializados	3.105	5.412	6.739
Propaganda e publicidade	970	1.389	1.442
Contribuições filantrópicas	797	1.211	968
Promoções e relações públicas	2.360	3.384	5.215
Aluguéis	1.127	2.475	2.816
Outras	6.156	12.267	16.530
	<u>80.470</u>	<u>156.503</u>	<u>156.606</u>

26 Outras receitas e outras despesas operacionais

a. Outras receitas operacionais

	<u>2016</u>		<u>2015</u>
	2ºSemestre	Exercício	Exercício
Reembolos despesas Cobrança - Cartões	7.055	13.366	8.882
Ganho em operação de recebíveis de direito creditório (i)	-	341	2.938
Variação monetária ativa	3.495	4.354	5.581
Renda Visa Vale Pedágio	1.397	3.165	3.054
Antecipação Recebíveis Cartões	1.150	1.150	-
Recolhimento de imposto a maior	2.166	2.166	-
Outras rendas operacionais	5.410	14.325	744
	<u>20.673</u>	<u>38.867</u>	<u>21.199</u>

(i) Refere-se a rendas de aquisição de crédito comércio, indústria e outros.

b. Outras despesas operacionais

	<u>2016</u>		<u>2015</u>
	2ºSemestre	Exercício	Exercício
Multas, juros e acréscimos fiscais	4	199	5
Provisão para contingências cíveis (i)	1.603	2.810	3.871
Provisão para ações trabalhistas (i)	2.290	4.337	3.123
Provisão para contingências fiscais (i)	8	93	6.588
Perdas na carteira de cartões	1.335	2.649	2.587
Outras	7.199	11.751	2.283
	<u>12.439</u>	<u>21.839</u>	<u>18.457</u>

(i) Vide Nota 15 (b).

27 Benefícios a empregados

O Banco é co-patrocinador do Plano de benefícios MartinsPrev, entidade fechada de previdência complementar, que oferece benefício de aposentadoria antecipada ou normal (por tempo de contribuição) e benefícios de risco (invalidez ou pensão por morte).

O MartinsPrev possui planos de benefícios na modalidade de contribuição definida (aposentadoria Antecipada ou Normal) e de benefício definido para os benefícios de risco (invalidez e pensão por morte).

Assim que as contribuições tiverem sido feitas, o Banco não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais, no caso dos benefícios previstos na modalidade de contribuição definida. Existe um déficit equacionado decorrente de benefícios já concedidos na modalidade de benefício definido (situação anterior a revisão de regulamento realizada em 29/10/2008), para o qual ao Banco realiza, em 2016, contribuição de 0,16% da folha dos participantes; este percentual é definido na avaliação atuarial anual. No caso dos benefícios de risco existe um convênio de repasse de risco firmado entre o Fundo Administrador e uma Seguradora.

As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

O Banco concede ainda os benefícios de Assistência Médica, Auxílio Refeição e Cesta Alimentação, Auxílio Creche ou Babá, Convênio para Assistência Odontológica e Convênio Farmácia para aquisição de medicamentos.

O empregado dispensado sem justa causa possui a extensão do benefício assistência médica, por um período de 60 dias a 270 dias, conforme tabela por tempo de empresa previsto na convenção coletiva de trabalho.

Durante o exercício o montante de contribuições do Banco junto ao Fundo Administrador atingiu R\$2.311 (R\$1.546 em 2015).

28 Exposição cambial

A seguir apresentamos os valores patrimoniais vinculados a moedas estrangeiras no exercício findo em 31 de dezembro 2015:

	2015
Passivos - Dólar	
Empréstimos no exterior	<u>17.203</u>

Não houve saldo com Exposição Cambial em 31 de dezembro de 2016.

Conforme descrito na Nota 6, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 31 de dezembro de 2015, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	2015	
	Valor de referência	Valor contábil
Ativos - dólar norte-americano "Swap" - taxa pré-fixada	16.765	17.203

Não houve saldo de Instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016.

29 Outras Informações

a. Índice da Basileia

O Banco encontra-se enquadrado nos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução nº 2.099/94 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia II) cuja apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido foram alteradas pelas Resoluções nº 3.444/07 e 3.490/07 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Dentro deste contexto regulamentar que o Banco está inserido, deve-se manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300% e um índice mínimo de 9,875% de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco. O Índice de Basileia em dezembro de 2016 foi de 16,61% (17,87% em 2015) com margem de 37,87% do PR(38,46% em 2015) e índice PR/PRE de 44,22% (46,60% em 2015) conforme demonstrado a seguir:

	2016	2015
Patrimônio de Referência Nivel I	419.609	394.080
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	2.526.278	2.325.649
RWACPAD	1.762.283	1.699.058
RWAOPAD	763.705	626.254
RWAMPAD	290	337
RBAN	11.233	12.397
Índice de Basileia (%)	16,61	16,94
Capital Nivel I (%)	16,61	16,94
Capital Principal (%)	16,61	16,94

b. Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 16.287 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 15.634 em 2015).

Conselho de Administração

Juscelino Fernandes Martins - Presidente
José Antônio Rossi Salles - Conselheiro
Ricardo Jabor Canizio - Conselheiro
Francisco Mesquita Neto - Conselheiro
José Luiz Osório de Almeida Filho - Conselheiro
Sérgio Alair Barroso - Conselheiro

Diretoria

João Ayres Rabello Filho - Presidente
José Mario Garcia Cury - Diretor Executivo
Marco Túlio da Silva - Diretor Executivo
Aparecida Teixeira de Moraes - Diretora Adjunta

Contador

Janderson de Miranda Facchin
CRC - 1SP 223159/0-3 "S" MG